



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) - MENOR PREÇO**

**CONSTRUÇÃO DE PONTES COM CABECEIRAS MODULARES DO TIPO  
PROTENDIDAS EM BLOCOS DE CONCRETO E TRANSPOSIÇÃO MODULARES  
MISTAS EM MUNICÍPIOS NO ESTADO DE GOIÁS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SEDE  
DA CODEVASF**

BRASÍLIA  
DEZEMBRO/2019

## SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	2
2. CONCEITUAÇÃO .....	2
3. CRITÉRIOS LICITATÓRIOS .....	4
4. INFORMAÇÕES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA .....	5
5. ESCOPO DOS SERVIÇOS .....	6
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	6
7. PROPOSTA .....	7
8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA .....	9
9. VALOR DE REFERÊNCIA, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PRAZO .....	12
10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO.....	13
11. FISCALIZAÇÃO.....	14
12. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS .....	17
13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	18
14. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF .....	22
15. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO .....	22
16. CONDIÇÕES GERAIS .....	24
ANEXO 1: DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS.....	27
ANEXO 2: LISTA DE MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO SEDE DA CODEVASF.....	31
ANEXO 3: MODELO DA PLANILHA DE CUSTOS DA PROPOSTA DA LICITANTE.....	32
ANEXO 4: PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA .....	33
ANEXO 5: PROJETO BÁSICO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	34
ANEXO 6: MANUAL DE PLACAS DA CODEVASF E DA MARCA DO GOVERNO.....	35

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Execução de pontes com cabeceiras modulares do tipo protendidas em blocos de concreto e transposição modulares mistas de vias urbanas e rurais em municípios diversos localizados na área de atuação da Sede da Codevasf, no Estado de Goiás conforme quantitativos estimados na planilha orçamentária de estimativa de custos (anexa), distribuídos em 8 Lotes, conforme parágrafo(s) abaixo:
- 1.1.1. Lote 01. Superestrutura Transposição 6,00 x 4,50 m: 10 (dez) transposições
- 1.1.2. Lote 02. Superestrutura Transposição 8,00 x 4,50 m: 10 (dez) transposições
- 1.1.3. Lote 03. Superestrutura Transposição 10,00 x 4,50 m: 10 (dez) transposições
- 1.1.4. Lote 04. Superestrutura Transposição 12,00 x 4,50 m: 10 (dez) transposições
- 1.1.5. Lote 05. Superestrutura Transposição 15,00 x 4,50 m: 10 (dez) transposições
- 1.1.6. Lote 06. Superestrutura Transposição 18,00 x 4,50 m: 10 (dez) transposições
- 1.1.7. Lote 07. Superestrutura Transposição 24,00 x 4,50 m: 10 (dez) transposições
- 1.1.8. Lote 08. Infra e Mesoestrutura, Alas e Encontros com dimensões variadas: 70 (setenta) cabeceiras biapoiada
- 1.2. Classificação dos Serviços: Comum
- 1.2.1. Nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da [Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002](#), os serviços objeto deste instrumento são considerados comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade, são objetivamente definidos neste TR.

## 2. CONCEITUAÇÃO

- 2.1. Neste Termo de Referência são utilizadas as expressões e siglas relacionadas a seguir, com os seguintes significados e interpretações:
- a) **Canteiro de Obras:** Local onde serão implantadas as estruturas fixas e/ou móveis do empreiteiro, com vistas a apoiar suas atividades de execução das obras ou serviços de engenharia. Nestas estruturas estarão incluídas as instalações para as equipes de apoio e eventualmente do pessoal de acompanhamento e controle da Codevasf.
- b) **Como Construído (As Built):** É a definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução da obra ou serviços de engenharia, como desenhos, listas, planilhas, etc.
- c) **Contratada:** Empresa licitante vencedora da Licitação, e contratada para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- d) **Contratante:** Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, doravante denominada CODEVASF.
- e) **Contrato (CT):** Documento, subscrito pela CODEVASF e a CONTRATADA (licitante vencedora do certame), que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.
- f) **Cronograma Físico-Financeiro:** representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço ou produto, no qual são indicadas as suas diversas fases e respectivos prazos, aliados aos custos ou preços, doravante denominado CRONOGRAMA.

- g) **Documentos Complementares:** Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos no Termo de Referência.
- h) **Documentos de Contrato:** Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, Projeto Básico, Especificações Técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.
- i) **Diário de Obra:** É uma espécie de memorial da obra ou serviços de engenharia, onde são descritos os acontecimentos mais importantes em um determinado dia: os serviços feitos, os equipamentos utilizados - e por quantas horas -, as condições do clima, etc. Caso necessário, também podem ser descritos os problemas na execução de serviços, falhas nos equipamentos, etc.
- j) **Especificações Técnicas (ET):** Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte técnica e gráfica do projeto.
- k) **Fiscalização:** equipe da CODEVASF indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização e o acompanhamento do contrato.
- l) **Licitante:** empresa de engenharia interessada na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, habilitada para apresentar uma proposta;
- m) **Nota de Empenho (NE):** documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.
- n) **Obras e Serviços de Engenharia:** São todas as atividades relativas à execução das obras civis ou serviços de engenharia, de construção, reforma, recuperação ou ampliação de bem imóvel.
- o) **Ordem de Serviço (OS):** documento formal emitido pela CODEVASF com as especificações detalhadas do serviço/produto individual (parte do contrato) a ser elaborado pela CONTRATADA, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.
- p) **Planilha de Custos da Proposta da Licitante:** Representa o produto do somatório do preço da Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto ofertado pela Licitante.
- q) **Planilha de Custos do Orçamento de Referência:** Representa o produto do somatório do preço de referência da Codevasf de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.
- r) **Plano de Trabalho (PT):** Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.
- s) **Plano de Gestão Ambiental da Obra (PGA):** consiste numa ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de construção de obras ou serviços de engenharia, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na Área

Diretamente Afetada – ADA da obra ou serviços de engenharia. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental da obra ou serviços de engenharia.

- t) **Projeto Básico:** Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços de engenharia objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.
- u) **Projeto Executivo:** É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra ou serviços de engenharia, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- v) **Proposta Financeira:** Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.
- w) **Relatório de Prestação de Serviços (RPS):** Documento a ser emitido pela CONTRATADA com periodicidade definida pela CODEVASF, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências e recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos.
- x) **Relatório de Acompanhamento e Medição (RAM):** documento formal emitido pela CODEVASF que representa o termo circunstanciado para efeito de recebimento e aprovação dos produtos, serviços ou obras elaboradas pela CONTRATADA.
- y) **Termo de Referência (TR):** conjunto de informações e prescrições estabelecidas pela CODEVASF com o objetivo de definir e caracterizar as diretrizes, o programa e a metodologia relativos a um determinado serviço ou obra ou produto ou bens a ser executado e/ou fornecidos.

### 3. CRITÉRIOS LICITATÓRIOS

#### 3.1. Modalidade Licitatória: Pregão Eletrônico.

3.1.1. A licitação reger-se-á pelo disposto na [Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002](#) (Lei do pregão) regulamentada pelo [Decreto nº 10.024 de 20 de setembro 2019](#) (regulamento do E-pregão), e na [Lei nº 13.303 de 30 junho de 2016](#) (Lei das Estatais), e respectivas alterações e regulamentos.

3.1.2. Justifica-se a modalidade licitatória de acordo com o Acórdão TCU nº 713/2019, Súmula TCU nº 257 e no Inciso IV do Artigo 32 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, tendo em vista que o objeto deste TR se trata de serviços comum com padrões de desempenho e qualidade definidos neste TR.

#### 3.2. Procedimento Licitatório: Sistema de Registro de Preços (SRP)

3.2.1. O procedimento licitatório auxiliar de SRP é definido na [Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002](#) (Lei do pregão) e [Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016](#) (Lei das Estatais), e regulamentado pelo [Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013](#) e normas complementares.

3.2.2. Justifica-se o procedimento licitatório devido a conveniência administrativa e as características do serviço, que será realizado por demanda justificada do Estado ou

Município, com execução parcial por produtos previamente especificados e quantificados por unidade de medida padrão, havendo necessidade de contratações frequentes.

3.2.3. Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) não será admitida, conforme justificativas apresentadas no [ANEXO 1: DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS](#).

3.3. Modo de Disputa: Aberto, Orçamento Público

3.3.1. Justifica-se o modo de disputa de acordo com o Acórdão TCU nº 1502/2018 e o princípio da publicidade, tendo em vista que o orçamento de referência é base para construção das propostas.

3.4. Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.

3.4.1. Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço/obra não possui risco de ser afetado por se tratar de prestação de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

3.5. Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.

3.5.1. Justifica-se o regime de execução pelas características do serviço, com a definição *a posteriori* dos quantitativos exatos de execução por produto definido por unidade de medida padrão, conforme demanda justificada.

#### **4. INFORMAÇÕES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

4.1. Os serviços serão executados em municípios diversos inseridos na área de atuação da sede da CODEVASF no Estados de Goiás, na zona urbana e rural dos Municípios listados no [ANEXO 2: LISTA DE MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO SEDE DA CODEVASF](#).

4.2. Manuais de referência.

- a) [Caderno de Encargos da CODEVASF](#);
- b) [Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#), em especial as citadas no Projeto Básico e/ou Especificações Técnica
- c) [Manuais e Normas do Instituto de Pesquisas Rodoviárias \(IPR/DNIT\)](#), em especial o Manual de Projeto de Obras-de-Arte-Especiais

4.2.1. Os documentos relacionados são de disponibilidade online, com hiperlink disponibilizado em cada alínea.

4.2.2. Os documentos são de referência obrigatória, devendo ser utilizada sempre a versão mais atualizada disponível. Outros manuais e normas nacionais e internacionais poderão ser utilizadas como referência na elaboração da Proposta e posteriormente execução dos serviços, desde que com prévia aprovação da CODEVASF.



## 5. ESCOPO DOS SERVIÇOS

- 5.1. O escopo dos serviços, objeto deste TR, é execução de pontes com cabeceiras modulares do tipo protendidas em blocos de concreto e transposição modulares mistas de vias urbanas e rurais em municípios diversos localizados na área de atuação da Sede da Codevasf, no Estado de Goiás
- 5.2. Sobre a especificação dos serviços:
- 5.2.1. Os serviços objeto desta licitação encontram-se descritos, caracterizados e detalhados nos seguintes documentos:
- 5.2.1.1. *ANEXO 4: PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA;*
- 5.2.1.2. *ANEXO 5: PROJETO BÁSICO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;*
- 5.2.1.3. *ANEXO 6: MANUAL DE PLACAS DA CODEVASF E DA MARCA DO GOVERNO;*
- 5.3. Sobre os produtos previstos:
- 5.3.1. Este TR estabelece um Sistema de Registro de Preço de serviços divididos em 8 lotes, com total de 140 itens, detalhados no item 1, para formalização de Ata de Registro de Preços.
- 5.3.2. Os serviços serão dimensionados como PRODUTOS, definidos em CONTRATO (CT) específico, com respectiva nota(s) de empenho de despesa, e com a definição e quantificação dos PRODUTOS vinculados aquele CONTRATO.
- 5.3.3. O dimensionamento de execução do CONTRATO, será determinado pela CODEVASF via Ordem de Serviço (OS), o qual constará os PRODUTOS a serem executadas, incluindo a planilha orçamentária (com respectivos quantitativos e preços), cronograma físico-financeiro, data de início e termino da obra, e especificações técnicas detalhadas para a execução de um ou mais PRODUTOS.
- 5.3.4. No *ANEXO 4: PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA* está apresentado a Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro de cada tipo de PRODUTO (Lote).

## 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. **Condições gerais:** Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente com o objeto desta licitação, individuais ou em consórcio, que atendam às exigências do TR e seus anexos e que possuam, até a data de aceitação da melhor proposta, capital social mínimo de 10% (dez por cento), por Item, do valor de sua proposta.
- 6.2. **Sobre Consórcios:** Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de CONSÓRCIO, no máximo 3 empresas por item, considerando as especificidades do objeto, que possui 3 especialidades de serviços/obras: estruturas metálicas, estruturas em concreto, geotecnia/terraplanagem, além da possibilidade de ampliação do capital social visando ampliar concorrência, conforme justificativas apresentados no *ANEXO 1: DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS*.
- 6.3. **Sobre Cooperativas:** Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de COOPERATIVAS uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão-de-obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 05/2017, conforme justificativas apresentados no *ANEXO 1: DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS*.

- 6.4. **Sobre Subcontratação:** Será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços objeto deste TR, sem prejuízo das sanções legais, no percentual máximo de 30,00%, conforme justificativas apresentadas no [ANEXO 1: DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS](#).
- 6.4.1. Subcontratação estritamente não permitida nas parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto.
- 6.4.2. Subcontratação parcial ou total permitida nas atividades auxiliares: obtenção de dados complementares como levantamento, estudos e ensaios de laboratório; elaboração projeto básico ou executivo; fornecimentos de materiais e equipamentos; serviços de montagem eletromecânica; detalhamentos construtivos; serviços de pré-operação; escavações por processos não destrutivos ou escavação de rocha a fogo.
- 6.5. **Visita aos locais:** A visita aos locais de prestação dos serviços **não será obrigatória**, porém recomenda-se às LICITANTES que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- 6.5.1. É de inteira responsabilidade da LICITANTE a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 6.5.2. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da LICITANTE.
- 6.5.3. A LICITANTE ao encaminhar a PROPOSTA, estará declarando automaticamente que conhece o local e que possui uma avaliação dos problemas futuros. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização dos estudos.
- 6.5.4. Em caso de dúvidas sobre as visitas aos locais onde serão executados os serviços, solicitação de informações e esclarecimento de dúvidas a LICITANTE deverá entrar em contato com a Gerência de Estudos e Projetos (AD/GEP) nos telefones (61) 2028-4411 ou (61) 2028-4389.
- 7. PROPOSTA**
- 7.1. A Proposta Financeira, deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas ou quantitativos não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.
- 7.2. A Proposta Financeira constitui-se dos seguintes documentos:
- 7.2.1. Planilha de Custos da Proposta do Licitante: [ANEXO 3](#) com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Orçamento de Referência ([ANEXO 4](#)), que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela Codevasf, conforme inciso I do art. 54 da Lei nº 13.030 de 30/06/2016.
- 7.2.1.1. Junto com a proposta, a Planilha de Custos da Proposta do Licitante deverá ser apresentada em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma.



- 7.2.1.2. A Planilha de Custos da Proposta do Licitante deverá ser preenchidas e assinadas por profissional competente, conforme os Artigos 13 e 14 da Lei 5.194/1966.
- 7.2.1.3. Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço.
- 7.2.2. Composição de Preços Unitários: o LICITANTE de melhor proposta classificada deverá preencher os formulários próprios de composição de preços unitários parte integrante do [ANEXO 3](#), ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.
  - 7.2.2.1. A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
  - 7.2.2.2. O LICITANTE deverá apresentar a planilha de composição de preços unitários em conformidade com a Planilha de Custos da Proposta do Licitante;
  - 7.2.2.3. O LICITANTE deverá, na composição de preços unitários de mão-de-obra, observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;
  - 7.2.2.4. No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custos da Proposta do Licitante será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das planilhas, devendo estar devidamente assinadas por profissional competente, conforme os Artigos 13 e 14 da Lei 5194/1966;
  - 7.2.2.5. As composições de custos unitários poderão ser verificadas quanto à adequação ao projeto, cabendo à comissão solicitar a compatibilidade da composição de custo unitário ao projeto.
- 7.2.3. Detalhamento dos Encargos Sociais: considerando todos os encargos OBRIGATÓRIOS conforme previsto na legislação vigente.
  - 7.2.3.1. Devem ser descritos os Encargos Sociais distintos para mensalistas e outro para horista.
  - 7.2.3.2. Detalhamento do BDI: considerando todos os impostos, taxas e tributos, conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda dos serviços de engenharia;
  - 7.2.3.3. Um quadro para os serviços, sob pena de desclassificação da proposta;
  - 7.2.3.4. Deverá ser considerado na apresentação da proposta, o BDI com ISS de 2,5% (cinco por cento), considerado 50% do limite máximo de 5% conforme Acórdão TCU 2622/2013 (§§ 182 e 183). Como os serviços abrangem municípios distintos, o valor do pagamento será ajustado de acordo com o ISS do município ao qual serão realizados os serviços;
  - 7.2.3.5. Não poderão ser considerados no Detalhamento do BDI, bem como na Planilha de Custos da Proposta do Licitante, os tributos considerados personalíssimos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;
  - 7.2.3.6. No detalhamento do BDI, não deverá constar do item “Despesas Financeiras” a previsão de despesas relativas aos dissídios;
  - 7.2.3.7. Os custos referentes aos serviços de Administração Local e Manutenção do Canteiro (AM) não poderão ser considerados como despesas indiretas e, portanto, não deverão

constar do BDI. A licitante deverá apresentar um montante global específico para os serviços de “AM” na Planilha de Custos da Proposta do Licitante, onde deverão estar contemplados os itens transporte de pessoal, mão-de-obra, ferramentas, medicina e segurança do trabalho, seguros, alimentação do pessoal, veículos e equipamentos, outros materiais diversos, controle tecnológico, comunicação e energia, etc., devendo observar os quantitativos mínimos necessários ao atendimento do escopo deste TR.

- 7.3. Cronograma Físico-Financeiro: dos itens da Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante, obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos “mês a mês”, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme estabelecido neste TR.
- 7.4. A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal da LICITANTE, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços e fornecimentos descritos na Planilha de Custos da Proposta da Licitante ([ANEXO 3](#)), nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, transporte até o local da execução dos serviços de engenharia, carga, transporte e descarga de materiais destinados ao bota-fora. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- 7.5. A licitante deverá prever todos os acessos necessários para permitir a chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços de engenharia, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os eventuais custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da CONTRATADA.
- 7.6. A licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução dos serviços de engenharia, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.
- 7.7. Os insumos em geral na Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência são considerados “preços de entrega na obra”, ou seja, já incluído preço de fretamento ou transporte, a não ser de insumos que seja detalhado o preço de transporte/frete como item avulso ou dentro da composição CPU.
- 7.8. A Proposta Financeira não pode conter lista de insumos ou quantitativos diferentes das especificadas, nem preços unitários ou globais superiores ou considerados inexequíveis aos detalhados no [ANEXO 4: PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA](#).

## 8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.1. Para a qualificação técnica, as LICITANTES deverão apresentar:
- 8.1.1. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, conforme legislação vigente.
- 8.1.2. Comprovação de **capacidade técnica-operacional** da LICITANTE, representado por Atestado(s) expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a execução das “parcelas de maior relevância e valor significativo” ao “objeto da licitação” ou “serviços com características semelhantes”, respeitando a Sumula 263 do TCU.

- 8.1.2.1. Define-se como “objeto da licitação”: a execução de serviços construção de pontes com cabeceiras modulares do tipo protendidas em blocos de concreto e transposição modulares mistas, com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas neste TR.
- 8.1.2.2. Define-se como “serviços com características semelhantes”: execução de serviços construção de pontes com métodos construtivos afins.
- 8.1.2.3. Define-se como “parcelas de maior relevância e valor significativo” os seguintes serviços e quantitativos mínimos, por LOTE:
- 8.1.2.3.1. Lote 01. Superestrutura Transposição 6,00 x 4,50 m:
- a) Instalação em estrutura em aço ASTM A36 Corte e Solda = 1.877,80 kg; E
  - b) Montagem de vigas metálicas ou pré-moldadas = 6 unidades; E
  - c) Protensão Externa não Aderente em Perfis Metálicos = 1 unidade
- 8.1.2.3.2. Lote 02. Superestrutura Transposição 8,00 x 4,50 m:
- a) Instalação em estrutura em aço ASTM A36 Corte e Solda = 2.792,30 kg; E
  - b) Montagem de vigas metálicas ou pré-moldadas = 8 unidades; E
  - c) Protensão Externa não Aderente em Perfis Metálicos = 2 unidades
- 8.1.2.3.3. Lote 03. Superestrutura Transposição 10,00 x 4,50 m:
- a) Instalação em estrutura em aço ASTM A36 Corte e Solda = 3.904,00 kg; E
  - b) Montagem de vigas metálicas ou pré-moldadas = 10 unidades; E
  - c) Protensão Externa não Aderente em Perfis Metálicos = 2 unidades
- 8.1.2.3.4. Lote 04. Superestrutura Transposição 12,00 x 4,50 m:
- a) Instalação em estrutura em aço ASTM A36 Corte e Solda = 5.270,50 kg; E
  - b) Montagem de vigas metálicas ou pré-moldadas = 12 unidades; E
  - c) Protensão Externa não Aderente em Perfis Metálicos = 4 unidades
- 8.1.2.3.5. Lote 05. Superestrutura Transposição 15,00 x 4,50 m:
- a) Instalação em estrutura em aço ASTM A36 Corte e Solda = 9.383,85 kg; E
  - b) Montagem de vigas metálicas ou pré-moldadas = 18 unidades; E
  - c) Protensão Externa não Aderente em Perfis Metálicos = 4 unidades
- 8.1.2.3.6. Lote 06. Superestrutura Transposição 18,00 x 4,50 m:
- a) Instalação em estrutura em aço ASTM A36 Corte e Solda = 14.539,00 kg; E
  - b) Montagem de vigas metálicas ou pré-moldadas = 25 unidades; E
  - c) Protensão Externa não Aderente em Perfis Metálicos = 5 unidades
- 8.1.2.3.7. Lote 07. Superestrutura Transposição 24,00 x 4,50 m:
- a) Instalação em estrutura em aço ASTM A36 Corte e Solda = 23.420,00 kg; E
  - b) Montagem de vigas metálicas ou pré-moldadas = 33 unidades; E
  - c) Protensão Externa não Aderente em Perfis Metálicos = 5 unidades
- 8.1.2.3.8. Lote 08. Infra e Mesoestrutura, Alas e Encontros (Cabeceira):
- a) Ancoragem com vergalhão de 25,00mm = 300 unidades; E
  - b) Instalação de grelha têxtil com filamentos de poliéster = 570 m<sup>2</sup>; E
  - c) Protensão em barras de aço 19mm – limite de escoamento 70,30 kgf/mm<sup>2</sup> = 1.335,00 m<sup>2</sup>

- 8.1.2.4. É permitido o somatório dos quantitativos estipulados mediante comprovação em mais de um atestado.
- 8.1.2.5. Os Atestado(s) devem ser acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) dos profissionais, expedida(s) pelo CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados as obras ou serviços.
- 8.1.2.6. Deverão constar do(s) atestado(s) ou certidão(ões), em destaque, os seguintes dados:
- a) Local de execução;
  - a) Nome da contratante e da contratada;
  - b) Nome do(s) responsável(eis) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e números de registro(s); e
  - c) Relação dos serviços executados;
- 8.1.2.7. Em caso de apresentação por LICITANTE de Atestado de desempenho emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
- a) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
  - b) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.
- 8.1.3. Comprovação de **capacidade técnica-profissional** do Responsável Técnico da LICITANTE, representado por Atestado de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando a execução das “parcelas de maior relevância e valor significativo” ao “objeto da licitação” ou “serviços com características semelhantes”, conforme definições dos itens 8.1.2.1, 8.1.2.2 e 8.1.2.3.
- 8.1.3.1. O Responsável Técnico deve ser pertencente ao quadro permanente da LICITANTE, na data da entrega da proposta, com a apresentação de comprovação de vínculo, no qual será aceito como comprovação:
- a) Empregado: carteira de trabalho ou contrato de trabalho;
  - b) Autônomo: contrato de prestação de serviço;
  - c) Dirigente ou sócio: ato constitutivo da empresa;
  - d) Os comprovantes a alínea “a” e “b” poderão ser substituídos por declaração de contratação futura com anuência por escrito do profissional.
- 8.1.3.2. Durante a execução do CONTRATO o profissional indicado como Responsável Técnico pode ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente pela CODEVASF.
- 8.1.3.3. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como Responsável Técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

## 9. VALOR DE REFERÊNCIA, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PRAZO

- 9.1. Sobre o valor de referência: O valor total estimado para a contratação dos serviços de engenharia, objeto deste Termo de Referência, é de R\$ 28.315.994,43 (vinte e oito milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos), data base dezembro/2019, distribuídos nos seguintes lotes:
- 9.1.1. Lote 01: Superestrutura Transposição 6,00 x 4,50 m: R\$ 932.609,19 (novecentos e trinta e dois mil, seiscentos e nove reais e dezenove centavos), para o total de 10 (dez) transposições a preço unitário de R\$ 93.260,92;
- 9.1.2. Lote 02: Superestrutura Transposição 8,00 x 4,50 m: R\$ 1.324.251,66 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e seis centavos), para o total de 10 (dez) transposições a preço unitário de R\$132.425,17;
- 9.1.3. Lote 03: Superestrutura Transposição 10,00 x 4,50 m: R\$ 1.691.213,45 (um milhão, seiscentos e noventa e um mil, duzentos e treze reais e quarenta e cinco centavos), para o total de 10 (dez) transposições a preço unitário de R\$ 169.121,35;
- 9.1.4. Lote 04: Superestrutura Transposição 12,00 x 4,50 m: R\$ 2.239.671,91 (dois milhões, duzentos e trinta e nove mil, seiscentos e setenta e um reais e noventa e um centavos), para o total de 10 (dez) transposições a preço unitário de R\$ 223.967,19;
- 9.1.5. Lote 05: Superestrutura Transposição 15,00 x 4,50 m: R\$ 2.950.149,67 (dois milhões, novecentos e cinquenta mil, cento e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos), para o total de 10 (dez) transposições a preço unitário de R\$ 295.014,97;
- 9.1.6. Lote 06: Superestrutura Transposição 18,00 x 4,50 m: R\$ 3.620.796,32 (três milhões, seiscentos e vinte mil, setecentos e noventa e seis reais e trinta e dois centavos), para o total de 10 (dez) transposições a preço unitário de R\$ 362.079,63;
- 9.1.7. Lote 07: Superestrutura Transposição 24,00 x 4,50 m: R\$ 5.122.866,60 (cinco milhões, cento e vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), para o total de 10 (dez) transposições a preço unitário de R\$ 512.286,66;
- 9.1.8. Lote 08: Infra e Mesoestrutura, Alas e Encontros (Cabeceiras): R\$ 10.434.435,63 (dez milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e três centavos), para o total de 70 (setenta) cabeceiras biapoiadas a preço unitário de R\$ 149.063,37;
- 9.1.9. Estão inclusos no valor acima, o BDI, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e os preços de referência da Codevasf para os itens necessários à execução do objeto constam no [ANEXO 4: PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA](#), parte integrante deste Termo de Referência.
- 9.1.10. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base nos Sistemas de Preços da Caixa Econômica Federal (SINAPI/GO), DNIT (SICRO/GO) data base mais atual de 2019, e cotações de mercado, s/desoneração, atendendo ao disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos.
- 9.1.11. No orçamento de referência foram consideradas as seguintes taxas BDI, Encargos Sociais e Despesas Fiscais:
- a) Despesas Fiscais: ISS = 2,50% (considerado 50% do limite máximo de 5% do ISS conforme Acórdão TCU 2622/2013); PIS = 0,65%; COFINS = 3,00%; Observações: os percentuais descritos são aplicáveis sobre o PREÇO, observar correção para aplicação sobre CUSTO na Planilha.
- b) Encargos Sociais: 116,95% Horista, 74,11% Mensalista;



c) BDI: 20,92% para serviços; e 16,80% para materiais.

9.2. Sobre a dotação orçamentária: As indicações para as despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços, serão definidas na etapa de formalização do CONTRATO, conforme Art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

9.3. Sobre o prazo: O prazo para vigência do SRP será de 12 (doze) meses.

9.3.1. O prazo de vigência dos contratos firmados a partir do presente SRP, será a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, contado em dias consecutivos, com prazo de execução do objeto de 12 (doze) meses, a depender do volume de serviço contratado, respeitando o prazo estabelecido para a execução do Módulo Mínimo (um item de cada Lote).

9.3.2. A emissão da Ordem de Serviço só ocorrerá após a anuência ambiental, conforme legislação do município ao qual serão realizados os serviços.

## 10. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

10.1. Os pagamentos dos serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais conforme o que foi efetivamente executado no período, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da CODEVASF, formalmente designada, e do respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

10.1.1. A Codevasf somente pagará a CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.

10.1.2. Somente serão pagos os materiais e equipamentos utilizados, mediante atesto pelo fiscal do contrato.

10.1.3. Nos preços apresentados pela Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.

10.2. O pagamento da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização será no valor apresentado na proposta da CONTRATADA, respeitando o valor máximo constante no [ANEXO 4: PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA](#) que integra o presente TR da seguinte forma:

a) Instalação do canteiro devidamente instalado e de acordo com o cronograma físico-financeiro proposto;

b) Mobilização: serão medidos e pagos proporcionalmente ao efetivamente realizado;

c) Desmobilização: após a total desmobilização, comprovada pela fiscalização.

10.3. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM) – será pago conforme o percentual de serviços executados (execução física) no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item, sendo que ao final do serviço o item será pago 100%.

$$\%AM = \frac{\text{Valor da Medição Sem AM}}{\text{Valor do Contrato Sem AM}}$$



- 10.3.1. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM) terá como unidade, na Planilha de Custos, a medida “global”, e será pago mensalmente o valor absoluto, com no máximo duas casas decimais, oriundo do produto entre o percentual da fórmula supracitada e o valor total da “AM”.
- 10.4. O cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante deve atender as exigências deste TR e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da ordem de serviço, ou durante a execução do contrato, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência (Art. 81 da Lei nº 13.303/2016).

10.5. Sobre o reajustamento:

- 10.5.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados aplicando-se a seguinte fórmula (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = V \times \frac{(I_1 - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R é o valor do reajustamento procurado;

V é o valor contratual a ser reajustado;

I<sub>1</sub> é o índice correspondente ao mês do aniversário da proposta;

I<sub>0</sub> é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta.

- 10.5.2. Os índices a serem considerados no reajustamento serão extraídos das tabelas publicadas na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente à [Coluna 6 da FGV – INCC Nacional do Custo da Construção, cód. AO160868](#).

- 10.5.3. Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mês2} = \frac{I_{DB2}^{Mês2} \times I_{DB1}^{Mês1}}{100}$$

Onde:

$I_{DB1}^{Mês2}$  = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

$I_{DB2}^{Mês2}$  = Índice do mês de reajuste com a nova data base.

$I_{DB1}^{Mês1}$  = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

## 11. FISCALIZAÇÃO

- 11.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 11.2. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

- 11.3. Participar da Reunião de Partida entre as partes envolvidas, CODEVASF e CONTRATADA, onde serão definidos todos os detalhes do Plano de Trabalho e dar-se-á o “start up” da execução dos serviços.
- 11.4. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, “in loco”, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços.
- 11.5. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 11.6. Checar se a CONTRATADA disponibilizou as instalações, equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 11.7. Acompanhar a elaboração do “as built” (como construído) ao longo da execução dos serviços, quando couber.
- 11.8. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização contratada pela Codevasf, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 11.9. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 11.10. Informar ao titular da unidade orgânica demandante e ao gestor de contrato sobre o andamento dos serviços, por meio do Relatório de Acompanhamento Físico – RAF.
- 11.11. Efetuar os registros e ocorrências diariamente no Diário da Obra.
- 11.12. Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da CONTRATADA, no total ou em parte, dos serviços nos quais forem detectados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 11.13. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações, substituições de materiais e equipamentos, solicitados pela CONTRATADA.
- 11.14. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data apazada, com as devidas justificativas.
- 11.15. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 11.16. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 11.17. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição.
- 11.18. Encaminhar à CONTRATADA cópia da Licença Ambiental ou Anuência Ambiental,

se houver, caso contrário, cópia da legislação que dispensa os referidos documentos.

- 11.19. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 11.20. Receber, analisar, emitir parecer e encaminhar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 11.21. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 11.22. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 11.23. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da execução dos serviços, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.
- 11.24. Receber as etapas dos serviços ou fornecimentos mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 11.25. Informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassarem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 11.26. Receber provisoriamente as aquisições e serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, até que seja designada comissão ou técnico de recebimento final da obra ou produto.
- 11.27. Acompanhar e cobrar da CONTRATADA a execução de planos ou programas ambientais, quando houver, bem como o cumprimento das condicionantes da licença ambiental, também quando houver, tomando providências para minimizar impactos de acidentes ambientais.
- 11.28. Realizar vistorias no local de execução dos serviços e verificar sua conformidade com as normas aplicáveis e com as orientações técnicas, indicações de segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.
- 11.29. Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização quantitativa e qualitativa dos materiais e equipamentos empregados, com a finalidade de zelar pela manutenção da qualidade adequada.
- 11.30. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 11.31. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 11.32. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do CONTRATO, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação,

comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

## **12. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**

- 12.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico (TEF) e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá executar todos os serviços descritos no item 5 deste TR, conforme o projeto básico e as especificações técnicas estabelecidas pela CODEVASF.
- 12.2. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
- 12.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo, para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 12.4. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 90 (noventa) dias da data de sua designação.
- 12.5. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 12.6. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.
- 12.7. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.
- 12.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.
- 12.9. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 12.10. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
  - a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
  - b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
  - c) Liberação da Caução Contratual.
- 12.11. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 13.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CODEVASF antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:
  - 13.1.1. Identificação da área para construção de canteiro de obra e “layout” das instalações e edificações previstas, bem como área para implantação do laboratório de ensaios de campo, quando for o caso.
  - 13.1.2. Plano de trabalho detalhado para os serviços propostos e respectivas metodologias de execução, devendo ser complementado com desenhos, croquis ou gráficos elucidativos das fases de implantação, respeitando os prazos parcial e final para execução dos serviços. Na formulação do plano de trabalho proposto a CONTRATADA deverá considerar, necessariamente, as diretrizes, recomendações e exigências previstas no Plano de Controle Ambiental e outros Planos Ambientais decorrentes e o esquema organizacional da CONTRATADA para execução dos serviços.
  - 13.1.3. Com base no pleno conhecimento das condições locais a CONTRATADA deverá apresentar declaração de procedência dos materiais a serem utilizados, tais como: areia, brita, pedra, indicando, quando não especificado no projeto básico, sua localização e distância de transporte posto obra, inclusive quanto ao fornecimento de água para manutenção do canteiro. É obrigatória a comprovação da regularidade ambiental para exploração dos materiais nas áreas apresentadas, conforme legislação vigente.
  - 13.1.4. Regularização ambiental das localidades onde serão realizados os serviços;
  - 13.1.5. Planejamento em meio eletrônico, no formato MS Project ou software similar, demonstrando todas as etapas previstas para a execução do objeto contratado
  - 13.1.6. Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima.
  - 13.1.7. As Anotações de Responsabilidade Técnica – ART’s referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.
  - 13.1.8. Autorização dos órgãos competentes para escavação/desmonte de rocha com uso de explosivos, plano de fogo assinado por Engenheiro de Minas com a respectiva ART, e projeto do paiol, quando couber.
  - 13.1.9. Declaração, nota fiscal ou proposta do fabricante/distribuidor comprovando preços, com garantia de fornecimento, dos principais insumos.
- 13.2. Manter, durante toda a execução do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.
- 13.3. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e/ou Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CODEVASF em Brasília/DF ou Superintendências Regionais.
- 13.4. Acatar as orientações da CODEVASF, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 13.5. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos



insumos até o local dos serviços e fornecimentos.

- 13.6. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 13.7. Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços de engenharia dentro do prazo contratual.
- 13.8. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a CODEVASF, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.
- 13.9. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA ou CAU do local de execução dos serviços de engenharia.
- 13.10. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da FISCALIZAÇÃO, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 13.11. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da CODEVASF.
- 13.12. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade da CODEVASF e dos órgãos de controle interno e externo.
- 13.13. Caso a CONTRATADA seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.
- 13.14. A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 13.15. Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 13.16. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 13.17. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a CODEVASF e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 13.18. A CONTRATADA será responsável, perante a CODEVASF, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.



- 13.19. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 13.20. A CONTRATADA deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 13.21. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução dos serviços de engenharia, objeto da presente licitação, atender ainda às seguintes normas complementares:
- 13.21.1. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
- 13.21.2. Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 13.21.3. Atendimento a todas as condicionantes ambientais das licenças, quando couber.
- 13.22. Manter em local visível no canteiro de obras cópia da Anuência Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.
- 13.23. Atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas à execução dos serviços, quando couber.
- 13.23.1. Ao final dos serviços as instalações do canteiro de obra deverão ser demolidas e as áreas devidamente recuperadas, conforme as recomendações básicas para a proteção ambiental.
- 13.23.2. Realizar e executar o Plano de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas (PRAD) das áreas onde forem realizadas intervenções em função dos serviços, quando couber.
- 13.23.3. Os serviços/fornecimentos contratados deverão ser executados em total conformidade com legislação ambiental vigente em todas as esferas e com o cumprimento dos atos administrativos ambientais inerentes ao empreendimento em questão, mediante observância dos termos e registros sistemáticos, como forma de comprovar a execução.
- 13.23.4. A empresa deverá emitir um relatório mensal específico acerca da regularidade ambiental do empreendimento, demonstrando a fiel observância das licenças e atos administrativos ambientais correlatos, bem como de toda a legislação ambiental vigente.
- 13.24. Manter no local dos serviços durante todo o período de execução em regime permanente no mínimo 01 (um) técnico de segurança do trabalho, portador de comprovação de registro profissional expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e caso necessário disponibilizar outros profissionais, conforme disposto na NR4.
- 13.25. Todas as despesas para a realização dos serviços de controle tecnológico e medições, tais como os equipamentos de topografia, dos laboratórios de controle tecnológico de geotecnia e concreto, inclusive manutenção e pessoal de apoio e execução, deverão estar

contempladas na proposta no preço estabelecido para a instalação e manutenção do canteiro de obras, sendo que ao final dos serviços todos equipamentos serão devolvidos à CONTRATADA.

- 13.26. Submeter à aprovação da fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços de engenharia objeto do contrato, inclusive os traços dos concretos a serem utilizados.
- 13.27. Salvo disposições em contrário que constem do termo de contrato, os ensaios, testes, exames e provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto correrão por conta da CONTRATADA e, para garantir a qualidade dos serviços, deverão ser realizados em laboratórios aprovados pela fiscalização.
- 13.28. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., existentes no local ou decorrentes da execução do objeto desta licitação, bem como pelos danos que vier causar à CODEVASF e a terceiros.
- 13.29. Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local dos serviços, inclusive dos barracões e instalações.
- 13.30. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da CONTRATADA.
- 13.31. No momento da desmobilização, para a liberação da última parcela, faz-se necessário a apresentação da certidão de quitação de débitos, referente as despesas com água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.
- 13.32. A CONTRATADA deverá manter um Preposto, aceito pela CODEVASF, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado.
- 13.33. A CONTRATADA deverá comunicar à Fiscalização toda a mobilização de pessoal e equipamentos, quando da chegada ao local dos serviços, a qual deverá ser devidamente anotada no Diário de Obras, para acompanhamento e controle da CODEVASF.
- 13.34. O cronograma de implantação deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços de engenharia, em função do planejamento previsto pela CONTRATADA e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
- 13.35. Durante a execução dos serviços, caberá à CONTRATADA instalar e manter no local dos serviços 01 (uma) placa de identificação dos serviços de engenharia e 01 (uma) segunda placa em local a ser determinado pela Codevasf, com as seguintes informações: nome da empresa (contratada), RT pelos serviços com a respectiva ART, nº do Contrato e contratante (Codevasf), conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução CONFEA nº 198/1971.
- 13.36. A placa de identificação dos serviços deve ser no padrão definido pela CODEVASF e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se na publicação Instruções para a Preparação de Placas de Obras Públicas, anexas aos TR, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe ([ANEXO 6](#)).
- 13.37. Obter junto à Prefeitura Municipal correspondente o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor.

- 13.38. Manter no local dos serviços de engenharia um Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc., como também, reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela CONTRATADA em todas as vias, ficará em poder da CODEVASF após a conclusão dos serviços de engenharia.
- 13.39. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantia a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.
- 13.40. Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços de engenharia.
- 13.41. Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.
- 13.42. Manter no local dos serviços de engenharia uma pasta com todos os documentos previstos e necessários para execução do objeto (ART's, anuências ambientais, projeto básico, alvarás, etc).

#### **14. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

- 14.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste CONTRATO.
- 14.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 14.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do CONTRATO.
- 14.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 14.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 14.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as obras e serviços contratados.
- 14.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no CONTRATO.

#### **15. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO**

- 15.1. A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:
  - 15.1.1. Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
  - 15.1.2. Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
  - 15.1.3. Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.
- 15.2. A Contratada deverá executar os serviços de engenharia em conformidade com a Licença Ambiental e o respectivo estudo ambiental, quando couber, em função da legislação vigente no local de execução dos serviços.

- 15.3. Na execução dos serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:
  - 15.3.1. Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
  - 15.3.2. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
  - 15.3.3. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
    - 15.3.3.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
    - 15.3.3.2. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
    - 15.3.3.3. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
    - 15.3.3.4. Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
  - 15.3.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
  - 15.3.5. Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
  - 15.3.6. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
  - 15.3.7. As sobras dos materiais poluentes, CAP-Cimento Asfáltico de Petróleo, EAI-Emulsão Asfáltica para a Imprimação e CM30 devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica, conforme disciplina normativa vigente.
- 15.4. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
  - 15.4.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil e do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
  - 15.4.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
    - 15.4.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
    - 15.4.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

- 15.4.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 15.4.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 15.4.3. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 15.4.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004”
- 15.5. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
  - 15.5.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
  - 15.5.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
  - 15.5.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.
- 15.6. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.
- 16. CONDIÇÕES GERAIS**
  - 16.1. O resultado do fornecimento e execução dos serviços de engenharia objeto do certame licitatório, incluindo os projetos desenvolvidos, os desenhos originais, as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto do que será executado, serão de propriedade da CODEVASF, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta
  - 16.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do CONTRATO a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

## **ANEXOS**

ANEXO 1: DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS

ANEXO 2: LISTA DE MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO SEDE DA CODEVASF

ANEXO 3: MODELO DA PLANILHA DE CUSTOS DA PROPOSTA DA LICITANTE

ANEXO 4: PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

ANEXO 5: PROJETO BÁSICO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO 6: MANUAL DE PLACAS DA CODEVASF E DA MARCA DO GOVERNO



## ANEXOS

## ANEXO 1: DETALHAMENTO DAS JUSTIFICATIVAS

### **Finalidade:**

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

### **Da necessidade da contratação:**

A Lei nº 13.507, 17 de novembro de 2017, e posteriormente a Lei nº 13.702 de 06 de agosto de 2018, alteraram a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, e ampliou consideravelmente a área de atuação da Codevasf com a inclusão da bacia do Tocantins-Araguaia com área de 967.059 km<sup>2</sup> correspondendo a 9,5% do território nacional, onde engloba 136 municípios do Estado de Goiás. O Estado de Goiás o estado mais populoso da Região Centro-Oeste e o 12º mais populoso do país. Possui, ainda, a nona maior economia entre as unidades federativas brasileiras, baseada na produção agrícola, na pecuária, no comércio e nas indústrias. Apesar da grandeza econômica, o estado carece de infraestrutura viária, principalmente pontes em áreas urbanas, rurais e rodovias, devido ao grande tráfego para escoamento da produção local.

A construção de pontes modulares objetiva de proporcionar o aumento da qualidade de vida da população, e impulsionar o desenvolvimento econômico facilitando o escoamento da produção agrícola e industrial.

### **Estudo Técnico Preliminar:**

O tipo de serviço é estritamente de interesse público, por se tratar de construção de pontes modulares em vias públicas Municipais, Estaduais ou Federais de benefício coletivo.

A solução de pontes com cabeceiras modulares do tipo protendidas em blocos de concreto e transposição modulares mistas é uma solução moderna, baseada na construção de elementos mistos (metálicos e concreto) pré-construídos em fábricas e montados *in-loco*, o que propicia em redução nos custos devido a rapidez na instalação, e na economicidade os elementos pré-construídos que possuem vários fornecedores no mercado.

A contratação via SRP será por demanda dos órgãos público competente conforme seus planos diretores, o qual define a melhor solução ao problema a ser resolvido será definido, e viabilidade dada pela previsão orçamentaria existente para atendimento a demanda.

### **Tipo de Serviço:** Comum

O tipo de serviço objeto deste TR se caracteriza como um serviço comum de engenharia por se tratar de atividades de baixa complexidade e pequeno porte com padrões de desempenho e qualidade que são objetivamente definidos neste TR, por meio de especificações usuais do mercado.

### **Modalidade Licitatória:** Pregão Eletrônico.

A licitação reger-se-á pelo disposto na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 (Lei do pregão) regulamentada pelo Decreto nº 10.024 de 20 de setembro 2019 (regulamento do E-pregão), e na Lei nº 13.303 de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), e respectivas alterações e regulamentos.

Justifica-se a modalidade licitatória de acordo com o Acórdão TCU nº 713/2019, Súmula TCU nº 257 e no Inciso IV do Artigo 32 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, tendo em vista que o objeto deste TR se trata de serviços comum com padrões de desempenho e qualidade definidos neste TR.

**Procedimento Licitatório:** Sistema de Registro de Preços (SRP).

O procedimento licitatório auxiliar de SRP é definido na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 (Lei do pregão), na Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais) e normas complementares. Justifica-se o procedimento licitatório devido a conveniência administrativa e as características do serviço, que será realizado por demanda justificada do Estado ou Município, com execução parcial por produtos previamente especificados e quantificados por unidade de medida padrão, havendo necessidade de contratações frequentes.

**Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):** Não Admitida

A divulgação da IRP é sempre preferencial, cabendo justificativa em caso de dispensa de divulgação, conforme Artigo 4º do Decreto 7.892/2013.

Não será admitida o IRP neste processo licitatório pois a Codevasf já realizou licitação com objeto idêntico, e não houve adesão ao IRP ou solicitação de “carona” até o momento.

Além disso, este TR e futuro Edital será lançado em dezembro e os prazos de divulgação do IRP iria impossibilitar a conclusão do processo licitatório até o fim do ano orçamentário-fiscal.

**Modo de Disputa:** Aberto com orçamento público.

Observando o princípio da publicidade. Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU: “Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento”.

**Critério de Julgamento:** Menor Preço por Item.

Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço/obra não possui risco de ser afetado por se tratar de prestação de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

**Regime de execução:** Empreitada por Preços Unitários.

O pagamento será por medições das unidades padrão efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições periódicas, dos preços unitários demandados pela CODEVASF e efetivamente executados pela CONTRATADA.

**Permissão de Participação de Consórcios:** Permitida.

Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de CONSÓRCIO, no máximo 3 empresas por item, considerando as especificidades do objeto, que possui 3 especialidades de serviços/obras: estruturas metálicas, estruturas em concreto, geotecnia/terraplanagem, além da possibilidade de ampliação do capital social visando ampliar concorrência

**Permissão de Participação de Cooperativas:** Não permitida.

Não será permitida a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão-de-obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 05/2017.

**Permissão de Subcontratação:** Permitida.

Será permitida a SUBCONTRATAÇÃO dos serviços objeto deste TR, sem prejuízo das sanções legais, no percentual máximo de 30,00%, considerando que o objeto envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, além de serviços que podem ser otimizados por empresas especializadas.

**Visita:** Não Obrigatória, mas recomendada.

A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória, porém recomenda-se às LICITANTES que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato. Ao encaminhar a Proposta a LICITANTE está declarando automaticamente o conhecimento do local da obra.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, o Art. 7º do Decreto nº. 7.892, de 23.01.13, não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato.

*Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.*

*§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.*

**Desapropriação:** Não aplicável.

As obras serão executadas em vias públicas Estaduais e Municipais, desta forma não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, assim sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

**Garantia do Objeto:** Exigida

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

**Garantia de Execução (caução):** Exigida

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato

**Aprovação do Projeto Básico e Planilhas Orçamentárias (Custo):**

Aprovado pela autoridade competente no processo com base em pareceres técnicos.

**Qualificação Técnica:**

Definidas no [item 8](#) do TR. As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

**Licença Ambiental:**

Deverá ser solicitada Anuência Ambiental (Licença Ambiental ou Dispensa de Licenciamento) junto ao Município ao qual serão executados os serviços de engenharia objeto desse TR, por meio do órgão responsável pela emissão da mesma. A Ordem de Serviço somente será emitida após a obtenção da citada Anuência Ambiental.

## **ANEXO 2: LISTA DE MUNICÍPIOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO SEDE DA CODEVASF**

Considerar as áreas e lista dos municípios do Estado de Goiás

(disponível em arquivo digital .pdf)

Disponível também on-line:

<https://www.codevasf.gov.br/area-de-atuacao/unidade-administrativa/area-de-atuacao-da-codevasf-sede>



### **ANEXO 3: MODELO DA PLANILHA DE CUSTOS DA PROPOSTA DA LICITANTE**

(disponível em arquivo digital .xlsx)

#### **ANEXO 4: PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA**

(disponível em arquivo digital .xlsx)

## **ANEXO 5: PROJETO BÁSICO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

O Projeto Básico inclui:  
Memorial Geral (em .docx)  
Memorial Cabeceiras (em .docx)  
Memorial Transposições (em .pdf)  
Desenhos Técnicos (em .dwg e .pdf)

(Disponíveis em arquivo digital)



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

## **ANEXO 6: MANUAL DE PLACAS DA CODEVASF E DA MARCA DO GOVERNO**

(Disponível em arquivo digital)